

## A ENUNCIÇÃO AFORIZANTE SECUNDÁRIA EM *ESAÚ E JACÓ* DE MACHADO DE ASSIS

SONIA NETTO SALOMÃO

SAPIENZA UNIVERSITÀ DI ROMA - CATTEDRA VIEIRA

**Abstract** – The study of aphorisms has been relegated to a rather narrow area of lexicology or historical philology. This subject, of great didactic interest, allows students in general and foreign language students, in particular, to come into contact with culturally marked elements, both at the synchronic and diachronic levels. Furthermore, as has been previously stated (Salomão 2021), phraseology and idioms in general represent one of the main difficulties for the apprentice translator, and not only, an issue to be considered from a didactic-linguistic point of view with greater attention. Among the various theoretical propositions recently addressing this issue, the one that I consider the most interesting and productive is that of Dominique Mainguenu (2015). This study focuses on an analysis of the mechanisms of the so-called secondary aphorizing enunciation in line with the Discourse Analysis proposal put forward by this French linguist. Our study begins by describing the field of study, presenting some examples of research already carried out using this model, and ends with a proposal regarding the literary genre in which the complex discursive context allows us to situate the issue in greater depth. The corpus is taken from the novel *Esau and Jacob* (1908), by Machado de Assis, and is Brazilian Portuguese.

**Keywords:** Discourse Analysis; secondary aphorizing enunciation; literary genre; *Esau and Jacob* novel.

O estudo dos aforismos ficou relegado a uma pouco precisa área da lexicologia e da filologia histórica. O tema, de grande interesse didático, permite ao aluno em geral e ao de língua estrangeira, em particular, entrar em contato com elementos marcados culturalmente, tanto em nível sincrônico como em nível diacrônico. Por outro lado, como já afirmamos anteriormente (Salomão 2021, p. 85), a fraseologia e os idiomatismos em geral representam uma das principais dificuldades para o tradutor aprendiz, e não só, questão a ser considerada do ponto de vista didático-linguístico com maior atenção.

Dentre as várias propostas teóricas de recente abordagem da questão, a que considero mais interessante e produtiva é a de Dominique Mainguenu (2004, 2006, 2010, 2015). Neste estudo nos dedicamos à análise dos mecanismos da chamada enunciação aforizante secundária segundo a proposta de Análise de Discurso do linguista francês. Iniciamos com a descrição do campo de trabalho, apresentando alguns exemplos de estudos já

realizados segundo este modelo e finalizamos com uma proposta no que diz respeito à Análise do Discurso Literário (Maingueneau 2006b) em que o complexo contexto discursivo nos permite situar a questão com maior profundidade. O nosso corpus é retirado do romance *Esau e Jacó* (1908), de Machado de Assis, principalmente os capítulos XII e XIII.

Os idiomatismos compreendem uma vasta gama de unidades fraseológicas como: a colocação, a locução, o refrão, a expressão idiomática e o provérbio propriamente dito. Típico desta última categoria é a cristalização do sentido, geralmente relacionada à sabedoria popular, embora esta não esteja livre de preconceitos, historicamente registrados pela própria historicidade da língua. Neste sentido, os aforismos, embora representem uma espécie de voz popular indistinta, podem ser datados, como exemplifica bem o texto de Carlos Drummond de Andrade, *Antigamente* (Andrade 1983, pp. 1318-1321), ludicamente construído sobre idiomatismos e aforismos do início do século XX: “[a]ntigamente, as moças chamavam-se mademoiselles e eram todas mimosas e muito prendadas. [...]. Algumas jogavam verde para colher maduro, e sabiam com quantos paus se faz uma canoa” (grifo nosso).

Muitos são os exemplos de campos lexicais (Coseriu 1977, 1987), como nos casos abaixo, retirados do texto drummondiano:

1. Contexto campestre ou agrícola: jogar verde para colher maduro; mostrar com quantos paus se faz uma canoa; ouvir cantar o galo, mas não saber aonde.
2. Contexto religioso: querer ensinar a padre a rezar missa; comer o pão que o diabo amassou.
3. Contexto de guerra: tirar o pai da forca; meter-se em camisa de onze varas.
4. Contexto da trapaça: jogando com pau de dois bicos; colocar tudo em pratos limpos.

Os enunciados aforizantes podem revelar racismo, preconceito de gênero ou censura, impondo modelos de conduta que fazem parte do sistema de valores correspondente à ideologia dominante. Alguns exemplos recolhidos da internet, ouvidos cotidianamente, ou retirados de livros e jornais atestam esta característica (Péres 1992). Quanto ao preconceito de gênero, consideremos o seguinte elenco: Mulher é como alça de caixão: quando um larga, outro põe a mão; Mulher é como cachaça, em todo lugar se acha; Não sou galo, mas arrasto as galinhas; Mulher no volante, perigo constante; Casa sem fogão é casa sem mulher; Mulher é como cebola, a gente chora mas come.

Nestes exemplos a mulher é considerada como um utensílio doméstico, como no aforismo da ‘casa sem fogão’, ou como objeto sexual à disposição do desejo masculino, como nos da analogia com a ‘alça de caixão’ e as ‘galinhas’. Em todos os exemplos há uma representação depreciativa, tanto quanto à ‘facilidade’ sexual, como no aforismo da cachaça, quanto a uma

espécie de mal necessário, como no da ‘cebola’, e ainda quanto a incompetência em relação a determinadas diligências, como dirigir carros, atividade ainda considerada masculina por muitos, numa sociedade de tradição patriarcalista (Freyre 2003).

Já o racismo envolve vários grupos etnográficos, com prevalência para os afro-descendentes, num país - o Brasil - de passado colonial escravagista: Preto, quando não caga na entrada, caga na saída; Negro de luva, sinal de chuva; Branca para casar, negra para trabalhar e mulata para foder; Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão; Negro, quando pinta, cento e trinta.

Passando à análise dos mecanismos da chamada enunciação aforizante secundária, de acordo com a proposta de Dominique Maingueneau (2015), devemos ter em mente que as atividades realizadas cotidianamente são responsáveis pelas formações dos diversos discursos que circulam no ambiente social, os quais se organizam em gêneros discursivos ou textuais. Gêneros do discurso são modos de comunicação que surgem nos processos de interação verbal com vistas a atingir determinados propósitos, portanto.

Maingueneau, ao focalizar o fenômeno, observou que nem todos os discursos são passíveis de serem categorizados como gêneros, justamente porque não apresentam as devidas características classificatórias. Provérbios e adágios, ou frases de celebridades publicadas em jornais e revistas, são exemplos de enunciados para além de um gênero. Esses enunciados são classificados pelo estudioso francês como “frases sem textos”. Ele propõe, na verdade, dois tipos de enunciação: a textualizante e a aforizante, como explica em *Discurso e Análise do discurso*:

[...] preferimos pensar que este fenômeno não é periférico, mas que revela uma dimensão constitutiva da enunciação, a saber, que ela pode funcionar segundo duas modalidades: por meio de textos ou por meio de frases sem texto, quer estas sejam autônomas por natureza, “primárias” – como o *slogan* ou o provérbio –, quer sejam “secundárias”, isto é, extraídas de textos. Adotando esta perspectiva, somos levados a distinguir entre uma enunciação “textualizante”, a dos gêneros de discurso e da conversação, e uma enunciação “aforizante”, a das frases sem texto (Maingueneau 2015, p.132). No gráfico 1 temos a ilustração do que foi apenas classificado:



Gráfico 1.

No regime textualizante há delimitação das posições de produção e de recepção do discurso, características de toda a interação verbal: professor/aluno, orador/auditório, entre outros, comuns para os gêneros discursivos. No segundo regime não há, na verdade, interação entre locutores situados no mesmo plano, uma vez que não há um alocutário específico, pois não existe interação direta entre os participantes da enunciação “o aforizador fala a uma espécie de auditório universal, para além do destinatário instituído por esse ou aquele gênero do discurso” (Maingueneau 2015, p.133).

Outra característica está no fato de que o primeiro regime se fundamenta em diferentes atividades (explicar, argumentar, narrar). Diversamente, a enunciação aforizante apresenta um interesse particular: o de expressar um determinado tipo de conceito com o intuito de enunciar uma verdade, uma convicção, uma tese. Segundo Maingueneau,

*[u]m texto é uma rede de pensamentos articulados por meio das restrições de jogos de linguagem de diversas ordens: argumentar, narrar, responder a uma pergunta, maldizer... Na aforização, o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem: nem resposta, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana. (Maingueneau 2010, p.14)*

Portanto, é típico da enunciação aforizante primária ser destacada por natureza. Ela se constitui por pequenas frases como os provérbios, as máximas e os slogans. Na enunciação aforizante secundária, por sua vez, o enunciado é destacado, mas se realiza através de processo diverso em que um fragmento de texto, seguindo a lógica da citação, circula de acordo com a intenção de quem o destaca. Vão formar os títulos de artigos da imprensa, por exemplo, em que citações célebres e adágios são remanejados. A prática é comum na mídia em geral, quando o fragmento se espalha por outras áreas discursivas (Maingueneau 2010, p. 9).

Com base nesta produtiva teoria, foram analisadas inúmeras reportagens jornalísticas sobre racismo ou preconceito de gênero, com

matérias cujos títulos são compostos por adágios racistas ou discriminatórios como os que examinamos anteriormente. Este tipo de processo se qualifica como enunciação aforizante secundária, caracterizando uma forma de reforço e de denúncia, como no caso em que um branco se dirige a um negro, utilizando aforismas racistas que motivam a denúncia da vítima em uma delegacia. O jornal *Plantão Itabuna* publica, em 3 de outubro de 2013, a matéria com o chocante adágio: “[m]otorista é chamado de ‘negro que quando não caga na entrada, faz na saída’, por advogado em Itabuna” (Oliveira 2014, p. 506).

Outros trabalhos igualmente importantes sobre a enunciação aforizante secundária têm sido realizados sobre o preconceito de gênero em teses acadêmicas que buscam comprovar a discriminação contra a mulher através de mecanismos que afirmam chavões como verdades universais (Correa 2000).

Esse tipo de extração não se exerce de maneira indiferenciada sobre todos os constituintes de um texto pois, frequentemente, o enunciador *sobrassevera* alguns de seus fragmentos e os apresenta como destacáveis. A *sobrasseveração*<sup>1</sup> é uma modulação enunciativa que habilita formalmente um fragmento como candidato a uma *destextualização*, ou seja, é

uma operação de destaque do trecho que é operada em relação ao restante dos enunciados, por meio de marcadores diversos: de ordem aspectual (genericidade), tipográfica (posição de destaque dentro uma unidade textual), prosódica (insistência), sintática (construção de uma forma pregnante), semântica (recurso aos tropos), lexical (utilização de conectores de reformulação). (Maingueneau 2010, p. 11)

Na verdade, Maingueneau distingue a *sobrasseveração* da aforização, uma vez que cada um desses processos funciona segundo uma lógica enunciativa própria. Enquanto a *sobrasseveração* se dá no texto pela acentuação de uma sequência contra um fundo textual, a aforização extrai os enunciados do texto, colocando-os em circulação fora dele, em outras cenas de enunciação.

A proposta de análise de discurso de Maingueneau é interessante também porque abarca o discurso literário, há muitas décadas excluído das análises linguísticas pela perspectiva estruturalista:

[e]m vez de julgar evidente a oposição entre o “profano” das ciências humanas e o “sagrado” da literatura, a análise do discurso explora as múltiplas dimensões da discursividade, buscando precisamente explicar a um só tempo a

<sup>1</sup> Para uma precisa definição terminológica, veja-se Cabral (2021), que traça um percurso teórico para o regime aforizante, desenvolvido detalhadamente a partir da obra de Dominique Maingueneau, *Les phrases sans texte*, Paris, 2012.

unidade e a irredutível diversidade das manifestações do discurso.  
(Maingueneau 2006b, p. 38)

Maingueneau, na mesma perspectiva da Teoria da Enunciação de Benveniste, reconhece que a situação de enunciação é discrepante da situação de comunicação, pois a primeira está na base da identificação de elementos internos ao ato de enunciar: dêiticos espaciais e temporais, sistema no qual se definem as posições do enunciador, coenunciador e da não-pessoa. Já a segunda entende-se pela vizinhança física e social na qual se encontram os interlocutores, sendo este um espaço possível de ser descrito. Maingueneau (2015) estabelece, portanto, o conceito de “cena da enunciação”, evitando expressões como “situação de enunciação”, de ordem estritamente linguística, ou “situação de comunicação”, que seria melhor utilizada numa abordagem puramente sociológica:

[n]a verdade, ao partir da situação de comunicação, considera-se o processo de comunicação, de certo modo, "do exterior", de um ponto de vista sociológico. Em contrapartida, quando se fala de cena de enunciação, considera-se esse processo "do interior", mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é encenada. (Maingueneau 2015, p. 117)

Por outro lado, recorrendo a Bakhtine (1997, p. 337), o linguista observa, em relação ao destinatário de um discurso, que o autor não pode depender exclusivamente do interlocutor ao destinar a sua produção verbal. Embora o autor pressuponha sempre uma instância de compreensão passível de dar-lhe uma resposta que pode ser dirigida em várias direções, toda a interlocução se desenvolve em presença de um terceiro invisível, dotado de uma compreensão responsiva que se situa acima dos parceiros do diálogo (Maingueneau 2015, p. 119). O termo ‘cena’ tem a vantagem de poder referir simultaneamente um quadro e um processo: “[e]m uma cena englobante literária, um enunciado tem *a priori* um número determinado de propriedades específicas” (Maingueneau 2015, p. 117). Segundo Maingueneau, portanto, a cena de enunciação de um gênero de discurso não é um bloco compacto porque ela faz interagir, na verdade, três cenas: a englobante, a genérica e a cenográfica (Maingueneau 2015, p. 118). As duas primeiras cenas constituem o que denominou como quadro cênico do texto, o qual delimita as condições necessárias para a produção de sentido. A partir desta perspectiva, a análise do discurso literário (ADL) se distingue mais uma vez das demais análises do discurso, pois se reconhece que durante a produção do texto o autor se encontra em dois espaços, - autor e obra, - requerendo uma conciliação entre as duas dimensões. O paradoxo do discurso literário se fundamenta na definição de lugar e não lugar, em que o autor se divide entre o seu contexto

social e a idealização de um campo ficcional. Segundo Maingueneau (2006b), esse paradoxo se dá pela presença de um lugar indeterminado, localizado na produção literária, e um fixo na sociedade, o que reforça a paratopia do discurso literário. Todavia, embora reconheça as particularidades do discurso literário, o linguista não considera que a literatura pertença a uma ‘extraterritorialidade’. Para o linguista francês, a AD não limita suas análises a textos ‘comuns’, como acontece com frequência nos departamentos de Letras, em que a divisão do saber tem originado uma compartimentagem dos textos segundo uma passadista perspectiva de textos “intransitivos”, ‘autotélicos’ e textos ‘transitivos’. A AD, nesse sentido, não procura limitar-se a determinados gêneros textuais, mas deseja explorá-los nas suas dimensões discursivas.

Passando à análise do *Esaú e Jacó* (1904), penúltimo romance de Machado de Assis, podemos organizar o corpus analítico através das cenas de enunciação - englobante, genérica e cenográfica - que determinam as propriedades discursivas e estruturais do texto. A partir delas, o autor vai estabelecendo elementos discursivos que consolidam o discurso ficcional (cena globalizante) que remete ao duplo lugar do autor / narrador.

No romance o autor se confunde, propositalmente, com o editor do sétimo caderno deixado pelo Conselheiro Aires, personagem. O complexo texto é antecedido por uma *Advertência* na qual o autor-editor nos explica que, ao morrer, o Conselheiro Aires deixara seis cadernos numerados, de tema autobiográfico, e mais um, o sétimo, com o título de “Último”: justamente o romance que temos nas mãos e cuja narração em terceira pessoa pode ser tanto a do Conselheiro – autor do texto, como se declarou na *Advertência* – como a do autor-editor. Esta seria a cena genérica. A cenografia refere-se à insipidez dos personagens que compõem o quadro do Brasil *fin di siècle* no romance. Este se abre, plasticamente, no ano de 1871,<sup>2</sup> quando Natividade sobe o Morro do Castelo com a irmã para depois saber que os filhos gêmeos brigaram no seu ventre. É a mesma data da Lei do Ventre Livre que antecede outros acontecimentos políticos de relevância como a Imigração, os movimentos em prol da República, as tensões com a Igreja, a liberação dos escravos e a própria queda da Monarquia. A virada do século também não foi sem consequências. Assistimos à Proclamação da República em 1889 e ao Encilhamento em 1890, uma das primeiras crises financeiras de dimensão global, com o cunho de moedas sem lastro. O autor organiza a cena englobante por meio de algumas particularidades do discurso literário e, assim, torna-o reconhecível pelos leitores / ouvintes através de uma linguagem pertinente a essa tipologia discursiva. Por meio do romance, enquanto cena genérica, o escritor desenvolve o enredo com personagens,

<sup>2</sup> A ação do romance se passa de 1871 a 1894.

ambientação e temporalidade, que ajudam a fundamentar a história narrada e a dar credibilidade aos acontecimentos a partir dos papéis sociais atribuídos aos personagens. É possível assim reconhecer, através da cenografia, que os personagens representam uma sociedade hierarquizada, com uma elite totalmente alheia aos acontecimentos político-sociais, ocupada com bailes, títulos nobiliárquicos, cartomantes e espiritismo, segundo a moda do momento.

Neste estudo, o nosso interesse é o de focalizar a enunciação aforizante secundária, mostrando como o autor-narrador habilmente manipula a seu favor uma série de estratégias discursivas que simultaneamente escondem e revelam o que a cenografia constrói. A aforização principal na cena globalizante – o romance – aparece no capítulo XIII, justamente denominado ‘A epígrafe’ e se refere a um verso do V canto do *Inferno* de Dante: “Dico, (*sic.*) che quando l’anima mal nata” (*Inf*, V, 7), um paratexto potente no romance. Pode-se afirmar que a epígrafe não está “simplesmente” colocada no texto. Ela é retomada, com uma espécie de sobreasseveração (Maingueneau 2004), na medida em que o autor-narrador a explica, de modo inviesado, não resta dúvida, de acordo com o tortuoso tema do seu romance:

[o]ra, aí está justamente a epígrafe do livro, se eu lhe quisesse pôr alguma, e não me ocorresse outra. Não é somente um meio de completar as pessoas da narração com as ideias que deixarem, mas ainda *um par de lunetas* para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro. [...] Por outro lado, há proveito em irem as pessoas da minha história colaborando nela, ajudando o autor, por uma lei de solidariedade, espécie de troca de serviços, entre *o enxadrista e os seus trebelhos*. (Assis 2008, p. 1094, grifo meu)

A epígrafe com função anaforizante, por sinal, já havia sido destacada pela segunda vez, no final do capítulo XII, intitulado ‘Esse Aires’, em que a cenografia relativa aos “insípidos” é relacionada diretamente tanto à citação de Dante quanto a um adágio popular relativo à mesma cenografia: «O que o berço dá só a cova o tira». Vejamos todo o contexto enunciativo:

[a]final tornei à eterna insípidez dos outros. Não acabo de crer como é que esta senhora, aliás tão fina, pode organizar noites como a de hoje. Não é que os outros não buscassem ser interessantes, e, se intenções valessem, nenhum livro os valeria; mas não o eram, por mais que tentassem. Enfim, lá vão; esperemos outras noites que tragam melhores sujeitos sem esforço algum. *O que o berço dá só a cova o tira*, diz um velho adágio nosso. Eu posso, truncando um verso ao meu Dante, escrever de tais insípidos: *Dico, que quando l’anima mal nata...* (Assis 2008, p. 1094, grifo nosso)

A aforização do verso dantesco atribui um novo estatuto à citação, já destacada da *Divina Comédia* na introdução ao romance, e, desta segunda vez, ressaltada e colocada no capítulo XII, diretamente referida ao

Conselheiro Aires. Tal estratégia torna enigmático um enunciado que mostra e esconde, simultaneamente. Desse modo, é necessário interpretar. Como se trata de um enunciado destacado, a aforização é marcada pelo apagamento do cotexto, instaurando um novo compromisso ilocucionário, não definido especificamente pelos horizontes do gênero do discurso. É graças a esse rompimento que o sujeito da enunciação aforizante “afirma uma verdade refletida, subtraída da negociação, expressa uma totalidade: uma doutrina filosófica, uma concepção de existência” (Maingueneau 2006b, p. 119). No *Esaú e Jacó*, a figura do enunciador (autor-editor ou personagem narrador) “não somente diz, mas mostra o que diz” (Maingueneau 2014, p. 28). Como vemos, o Machado aforizador, domina bem esta técnica discursiva. Trata-se, portanto, de um sujeito da enunciação que apresenta a força de uma posição exemplar, de um posicionamento irrepreensível em relação ao mundo. O aforizador se mostra como um homem autorizado, que exprime uma posição de mundo e que estabelece valores, sobre os quais não cabe discussão ou contestação. Esta é a função que Machado de Assis dá ao Conselheiro Aires no romance.

Na verdade, no canto V está a entrada do segundo círculo do *Inferno*, em que a figura monstruosa de Minós<sup>3</sup> exerce a função de ouvir as confissões dos pecadores para depois distribuí-los pelos diversos círculos, conforme o número de voltas com que se enrola a própria cauda. Minós é um juiz e julga os insípidos, as almas desgraçadamente nascidas.

Ao longo do seu trabalho teórico, Maingueneau distinguiu produtor e locutor e estabeleceu regras de atribuição da responsabilidade enunciativa a um sujeito que são encenadas pela própria fonte do narrar. Na orquestração das vozes o locutor pode ser responsável não só pelos enunciados por ele proferidos como também por outras vozes encenadas, como a voz do destinatário da alocução, a voz da coletividade ou de qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos em terceira pessoa.

Essa encenação do dizer pode também provocar o efeito contrário, o de se eximir da responsabilidade, quando, por exemplo, o locutor evoca um ponto de vista e o contrasta. Essa sinfonia de vozes é mais facilmente percebida no caso dos discursos citados, em que falas são atribuídas a outras instâncias que não a do locutor, ou no caso do discurso direto, em que aquele que cita simula as palavras do locutor citado. Outra possibilidade ocorre através do discurso indireto, pois o locutor pode reformular o enunciado original em seu benefício. No caso dos discursos relatados, a responsabilidade enunciativa depende do próprio movimento enunciativo

<sup>3</sup> O mítico rei de Creta, filho de Júpiter e Europa, já se encontrava com a mesma função de juiz dos pecadores na *Eneida* de Virgílio, mas dos versos de Dante surge a figura de um demônio violento e majestoso, ou seja, uma figura enriquecida em relação a da mitologia pagã.

mobilizado pelo locutor. Este, ao evocar um ponto de vista, pode tanto recusá-lo quanto aderir a ele, ou seja: “quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas vozes, mais ou menos claramente identificadas, em relação às quais ele se situa” (Maingueneau 2013, p. 163).

Com a epígrafe de Dante e a estratégia de um texto escrito pelo Conselheiro Aires, o autor-narrador diz ser o editor do sétimo caderno do Conselheiro. Mas este “eu” se trata como um “ele”, como no capítulo XII, «Esse Aires». No entanto, esta não é uma situação tão excêntrica assim; outros escritores já a haviam adotado antes e, dentre estes, o grego Xenofonte narra as suas memórias, em *Anabasis*, também se auto-introduzindo, na terceira pessoa. No capítulo LXI, intitulado *Lendo Xenofonte*, é justamente o Conselheiro a lê-lo. Quem é esse Aires? O Diplomata do Brasil *Belle Époque* que despreza os pobres enriquecidos, a nova classe dos novos ricos que, no entanto, como as “almas danadas”, jamais serão como a velha elite de berço? Neste caso, não sabemos se o narrador é Aires - que se coloca na narrativa na terceira pessoa, - ou se o narrador é o autor-editor, também em terceira pessoa. Quem afinal de contas coloca a epígrafe no romance? O autor-editor ou o narrador-personagem? A pergunta não é ociosa. Se considerarmos que o narrador em terceira pessoa é o editor-autor, também Aires será julgado na sua alienação de diplomata aposentado que não compreende mais os mecanismos da cultura brasileira. Se ele for o narrador, o mundo que muda é insípido e não merecedor de atenção. Assim, a aforização ressignifica a citação, uma vez que não se trata mais de representar a voz do outro, mas sim a de apresentar uma determinada *verdade*, ou *lei*, produzida em outro contexto nobre ou popular que seja, mas, de qualquer modo, oriundo de uma fonte transcendente, como se ela se bastasse a si própria e falasse por si mesma.

Esta é a função da epígrafe e do adágio brasileiro a ela relacionada: uma forte condenação política, ideológica e moral que a enunciação aforizante secundária empresta ao romance, permeando todos os discursos da cena globalizante. A dúvida sobre quem é a fonte do discurso (o autor-editor ou o personagem-Conselheiro) empresta um reforço à citação, à epígrafe que, por si só, encarrega-se (através do uso que Machado faz dela) de formar a enunciação aforizante de segundo grau, destacada da cena dantesca, mas, ao mesmo tempo, reutilizada como voz de uma autoridade que confirma a voz popular do adágio brasileiro: “[o] que o berço dá só a cova o tira”.

**Nota biográfica:** Professora Catedrática de Língua e Tradução Portuguesa e Brasileira na Sapienza Universidade de Roma 1. Diretora da Cátedra “Antônio Vieira” do Instituto Camões e ex Presidente da Associação Italiana de Estudos Portugueses e Brasileiros.

Dedica-se à história da língua portuguesa, à história e crítica da tradução, ao barroco e aos inéditos de Vieira na Itália, ao oitocentos luso-brasileiro, ao novecentos brasileiro, à censura. Entre os volumes: *Censores de pincenê e gravata, dois momentos da censura teatral no Brasil* (Prêmio INACEN); *Antônio Vieira, Sermões italianos*; *Antônio Vieira, As Lágrimas de Heráclito*; *A língua portuguesa nos seus percursos multiculturais; Traduzione, Tradizioni*; *Machado de Assis e o cânone ocidental, itinerários de leitura*, (Prêmio Jabuti de Teoria e Crítica Literária); *Temas da Língua Portuguesa: do Pluricentrismo à Didática*.

**Email:** [sonia.nettosalomao@uniroma1.it](mailto:sonia.nettosalomao@uniroma1.it)

## Referências bibliográficas

- Andrade Drummond C. 1983, *Obras completas* (org. pelo autor), Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro.
- Assis Machado M.J. 2008, *Obra completa* (A. Leite, A. Lima Cecílio e H. Jahn orgs.), Nova Aguilar Rio de Janeiro.
- Bakhtine M. 1997[1984], *Esthétique de la création verbale*, Gallimard, Paris.
- Baronas R.L. 2014, *Aforização e ensino de língua: teoria e prática*, in “Revista Ecos” 16 1, pp. 220-238.
- Cabral L.R. 2021, *Da sobreasseveração para a aforização: percurso teórico para um regime enunciativo*, in “Linguagem em (Dis)curso” 21, 1, pp. 33-49. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210103-8919> (15/08/2022).
- Correa C.R. 2000, *Discurso proverbial: a reafirmação do preconceito contra a mulher*, Dissertação de Mestrado, UFRG. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4439/000501389.pdf?sequence=1>. (10/09/2022).
- Coseriu E. 1987, *Gramática, semântica, universales estudios de la lingüística funcional*, 2. ed., Gredos, Madrid.
- Coseriu E. 1977, *Princípios de semântica estrutural* (vers. esp. de Marcos Martinez Hernández), Gredos, Madrid.
- Freyre G. 2003, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 48 ed., Global, São Paulo.
- Nunes D.S. e Oliveira P.R. 2014, *Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização de preconceitos e estereótipos*, in “Revista Philologus” 60, pp. 497-510. <http://www.filologia.org.br/revista/60sup/040.pdf>. (09/08/2022).
- Péres J. 1992, *Provérbios brasileiros*, Agir, Rio de Janeiro.
- Maingueneau D. 2004, *Citation et surassertion*, in “Polifonia” 8 [8]. <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1124/888>. (10/09/2022).
- Maingueneau D. 2006a, *Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l’aphorisation*, in “Revue Tranel” 44, pp. 107-120. <http://doc.rero.ch/record/17519>. (30/08/2022).
- Maingueneau D. 2006b, *Discurso Literário*, Contexto, São Paulo.
- Maingueneau D. 2010, *Aforização: enunciados sem texto?*, in Possenti S. e Souza-e-Silva M.C.P. (orgs.), *Doze conceitos em análise do discurso*, Parábola, São Paulo.
- Maingueneau D. 2015, *Discurso e análise do discurso*, trad. de Possenti S., Parábola, São Paulo.
- Salomão S.N. 2021, *O ensino da fraseologia e dos idiomatismos no âmbito da tradução: as versões portuguesa e brasileira de Palomar de Italo Calvino*, in Felici M.S. (a cura di), *Glottodidattica della lingua portoghese. Una prospettiva diacronica e sincronica*, Tuga, Bracciano, pp. 85-95.